



*Boas Festas!*

## Índice

Legislação	2
Fiscalidade	2
Candidaturas	3
Formação	3
Chama da Solidariedade	4
UDIPSS/Federações	4
Imprensa	5
Diversos	6
<b>Comunicado</b>	<b>8</b>

## LEGISLAÇÃO



### Educação

**Portaria n.º 382/2017 - Diário da República n.º 243/2017, Série I de 2017-12-20**

É criado o Programa Formar+, com o objetivo de promover e apoiar as atividades formativas junto da população jovem, das entidades e dos profissionais com intervenção na área da juventude

## FISCALIDADE

**Ficha doutrinária n.º 2017001544 – IVE n.º 12461, de 23.11.2017** (disponibilizada em 18.12.2017)

**Diploma:** Código do Imposto Municipal

**Assunto:** Adicional ao IMI-Casas do Povo – possibilidade de equiparação a cooperativas de habitação e construção



### Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD)

O RGPD regula a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, revogando a Diretiva 95/46/CE.

A CNPD **criou aqui um espaço** dedicado ao novo RGPD para que as entidades públicas e privadas possam ir acompanhando o trabalho que está a ser desenvolvido conjuntamente pelas autoridades de proteção de dados, a nível europeu, e no qual a CNPD está a participar ativamente.

O RGPD será diretamente aplicável em todos os países da União Europeia e também no Espaço Económico Europeu **a partir de 25 de maio de 2018.**

## CANDIDATURAS



**Plataforma 'online' DataCentro disponibiliza informação do Portugal 2020**

**Mais detalhe...**

» **Conheça os projetos Portugal 2020 aprovados na sua Região**

**Mais detalhe...**

» **Abertas candidaturas aos Cursos de Educação e Formação de Jovens do PO CH**

**AVISO Nº POCH - 66-2017-07**

**Mais detalhe...**

### Abertura de Candidaturas ao Programa PAES - Programa de Apoio a Empreendedores Sociais

O Programa visa captar projetos que desenvolvam produtos e serviços de carácter inovador, destinados à resolução de problemas e necessidades no contexto da Economia Social.

#### **Destinatários/a:**

Podem candidatar-se ao Programa PAES Aceleração, Startups e projetos de negócio com componente de

inovação, e que estejam em desenvolvimento há pelo menos 6 meses na data de candidatura, e entidades coletivas com ou sem fins lucrativos com pelo menos 6 meses de atividade no seu setor.

Saiba mais sobre este programa e candidate-se em <https://www.paes-aceleracao.pt>

## Candidatura prémio

### Prémios Nunes Correa Verdades de Faria

Estão abertas as **candidaturas para os Prémios Nunes Correa Verdades de Faria**, atribuídos pela **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)**, até 28 de fevereiro de 2017.

Outras informações necessárias à apresentação da candidatura deverão ser solicitados ao Gabinete de Relações Públicas e Protocolo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Largo Trindade Coelho, 1200 – 470 Lisboa; Tel: 21 323 52 77/212; E-mail: [provedoria@scml.pt](mailto:provedoria@scml.pt); SITE: <http://www.scml.pt/>).

[Prémios Nunes Correa Verdades de Faria – Regulamento](#)

## FORMAÇÃO

### » Curso de Igualdade de Género com formação complementar em Tecnologias de Informação

Este curso de formação de públicos estratégicos, com a duração de **58h**, é co-financiado (totalmente **gratuito** para os formandos e formandas + subsídio de alimentação) e confere o **certificado de formação profissional em Igualdade de Género** com formação complementar em **TIC**. Consulte [aqui](#) toda a Informação.



"Chama da Solidariedade 2017-2018" chega a [Sines](#)



### Roteiro de Divulgação do IFRRU 2020 acontece entre janeiro e março de 2018

Entre janeiro e março de 2018 vai decorrer um roteiro de sessões públicas sobre o Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas, onde serão divulgadas as oportunidades de financiamento do IFRRU 2020.

Conheça o [calendário das sessões](#) de apresentação dos apoios disponíveis e dos requisitos para obter o financiamento e [inscreva-se](#). Consulte o [folheto síntese](#).

## INFORMAÇÕES / ATIVIDADES UDIPSS/FEDERAÇÕES



### [UDIPSS-LEIRIA](#)

Seminário sobre o "Novo Regulamento de Proteção de Dados"  
30 de janeiro de 2018

**Local:** Rua Camilo Santos Barata, nº 3, Cruz d'Areia, Leiria  
Programa [aqui](#)

[INSCREVA-SE AQUI](#) ➔

## IMPrensa



[Relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de ... maior risco de pobreza em agregados familiares com pessoas com deficiência são alguns dos dados revelados pelo Relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2017”, elaborado pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos \(ODDH\) do Instituto Superior ...](#)

[Raríssimas: Confederação das IPSS teme desmobilização da sociedade civil](#)

O presidente da **Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS)** admite que o maior risco do impacto mediático do caso Raríssimas é uma desmobilização da sociedade civil quanto à participação nos projetos do sector social. Ouvido no Fórum TSF, o padre Lino Maia disse não ter ...

[Por um Estado "com mais e melhor intervenção"](#)

No Centro Cultural de Belém discutiu-se a **Economia Social** e o Emprego, em Portugal e na Europa, num mundo em mudança originada pela quarta revolução industrial: a digital. Defendeu-

se uma maior e melhor intervenção estatal, nomeadamente na fiscalização, cujo mote foi dado pela primeira ...

[PCP preocupado relativamente à atribuição de recursos para as Casas de Acolhimento de ...](#)

Contudo, comunicado do PCP, refere, que no presente ano letivo, a União Regional das **IPSS** considera terem ocorrido práticas discriminatórias, já que a três instituições da região foi deferida a atribuição de docentes do Ministério da Educação, enquanto a nove outras esses docentes foram negados.

[Refugiados da Fundação ADFP participam em documentário](#)

O Técnico Hugo Vaz conduziu a equipa de reportagem pelas várias valências da Fundação e respondeu às várias questões da realização sobre o trabalho desenvolvido no acolhimento e instalação de **refugiados**. A entrevista e a filmagem para recolha do testemunho de vida, do casal de **refugiados** ...

### [Presidente da República recebeu representantes do Setor Social e Solidário](#)

O Presidente da República reuniu no dia 15 de dezembro, no Porto, a pedido dos próprios, com o Presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), Manuel Lemos e com o Presidente-adjunto da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), João Dias.

Enquanto representantes da maioria das instituições que atuam no setor social e solidário, os dois responsáveis quiseram reafirmar o seu empenhamento em trabalhar com rigor, devoção e transparência em favor dos utentes dos diversos equipamentos, e manifestar a sua preocupação com as consequências de situações de má gestão no setor, solicitando uma eficaz fiscalização pelo Estado.

O Presidente da República, referindo a importância da celeridade na investigação dos casos de denúncias de irregularidades, manifestou a sua confiança no trabalho das instituições que todos os dias dão apoio a milhares de portugueses, de todas as idades, em todo o País, muitos em risco de exclusão social.



Sublinhando a ideia de não poder ser feita uma generalização destes casos, pois está convicto que a grande maioria delas trabalha de forma séria e dedicada, merecendo a confiança dos Portugueses no voluntariado e no trabalho dessas instituições sociais, o Chefe de Estado destacou a necessidade de complementaridade entre o Estado e o Setor Social e Solidário, sendo certo que cabe àquele assegurar um acompanhamento rigoroso e próximo do funcionamento destas instituições, quer na qualidade dos serviços prestados, quer no bom e rigoroso uso dos fundos públicos postos à sua disposição.

## DIVERSOS



### Relatório 'Pessoas com Deficiência em Portugal – - Indicadores de Direitos Humanos 2017

Foi apresentado, no passado dia 13 de dezembro, o [relatório 'Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2017'](#), elaborado pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa).

De entre os dados apresentados, destaca-se, no âmbito da Educação Inclusiva, a integração de 99% dos alunos com deficiência no ensino regular e o aumento do número de alunos que frequentam o 3º ciclo e o ensino secundário. Refere-se, no entanto, a insuficiência de recursos humanos e materiais para a promoção da escola inclusiva, ou seja, o número de horas de apoio técnico disponibilizado aos alunos é ainda reduzido face às necessidades.

Ao nível do Emprego, verifica-se um crescimento acentuado do número de colocações de pessoas

com deficiência no mercado de trabalho e uma redução de 6.7% no desemprego de curta duração. Contudo, o emprego de longa duração (igual ou superior a 12 meses) registou entre 2011 e 2016 um agravamento na ordem dos 60%. A taxa de emprego no sector privado (empresas com 10 ou mais trabalhadores) é ainda inferior a 1%. A análise destes dados permite verificar, igualmente, que tem havido uma tendência global de aumento do número de pessoas beneficiárias de medidas de Diagnóstico, Orientação e Formação e dos Apoios à Inserção e Colocação promovidas pelo IEFP, nas quais se incluem as medidas específicas (reabilitação profissional).

No que concerne às respostas sociais na área da deficiência, o relatório analisa a disponibilidade existente, revelando que as residências autónomas permanecem uma resposta residual, mesmo nos grandes centros urbanos face à capacidade instalada de lares residenciais.

Por último, uma referência à persistência de um maior risco de pobreza nos agregados familiares com pessoas com deficiência, sobretudo deficiências graves.

## GOS 2018



[Mais informações e inscrições →](#)



Manual de  
Boas Práticas para a Utilização de  
Produtos de Apoio para Cuidadores  
Informais

[Consultar aqui](#)



## Congresso Nacional da Economia Social 2017 - Anúncio Público -

Por decisão da Comissão Organizadora do Congresso Nacional da Economia Social (*Grupo de Trabalho criado no âmbito do CNES*), publicam-se os documentos mais relevantes aprovados no decurso dos trabalhos.

Até **ao final do mês de janeiro de 2018** serão considerados para apreciação, os conteúdos das mensagens que sejam enviadas para o endereço [info@cnes.org.pt](mailto:info@cnes.org.pt).

Anexos:

[Carta de Compromisso assinada](#)  
[Congresso Nacional da Economia Social 2017 - Recomendações](#)  
[Estatutos CESP](#)



Natal – Estrela do AMOR em movimento

**Lino Maia**

## **UMA LEITURA DAS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL**

### **SOBRE O PROCESSO DA ASSOCIAÇÃO RARÍSSIMAS**

#### **2017 foi um ano extraordinário para a Economia Social**

No ano 2017, decorreram um conjunto vastíssimo de iniciativas da maior importância para a Economia Social, nomeadamente a realização do 1º Congresso Nacional da Economia Social, que compreendeu cinco sessões realizadas de norte a sul do país e onde foram debatidos os grandes temas e desafios do sector cooperativo e social constitucionalmente consagrado e constituído por cooperativas, associações mutualistas, coletividades, fundações, misericórdias, associações de desenvolvimento local e IPSS.

Deste grandioso movimento e do seu inestimável contributo para a qualidade de vida e felicidade dos portugueses pouco ou nada transpareceu, nem tão pouco das boas práticas que são correntes no seio da Economia Social.

E, no entanto, um eventual desvio do bom governo, que os princípios que orientam a Economia Social exigem, foi tratado de forma parcial, proporcionando uma amálgama que se arrisca a confundir uma simples árvore com toda uma promissora floresta.

Efetivamente, as recentes notícias divulgadas sobre a Associação Raríssimas têm vindo a gerar grande especulação acerca dos modelos de gestão das entidades da economia social, havendo infelizmente uma grande tentação de tomar o todo pela parte. Sem pormos em causa o legítimo interesse da Comunicação Social face à gravidade dos indícios na citada organização, devemos ter bem presente que a realidade da esmagadora maioria das entidades da economia social, e concretamente na área da assistência social, onde se incluem as IPSS, não merece ser injustamente atingida por suspeições de quem ignora essa realidade.

#### **Entidades da Economia Social são transparentes e escrutinadas**

Dada a natureza das entidades da economia social, bem como os princípios que lhe estão subjacentes, o escrutínio sobre a gestão interna destas começa pelo normal e regular funcionamento dos seus órgãos próprios, nomeadamente os seus conselhos fiscais e assembleias gerais, a quem compete acompanhar a atividade e garantir a regularidade e cumprimento dos pressupostos da legalidade, regularidade orçamental e da boa gestão financeira das entidades.

Contrariamente a algumas ideias concebidas, o atual modelo de financiamento das entidades da economia social é insuficiente e ineficaz face às necessidades do quadro de atuação destas entidades, sendo que uma boa parte destas entidades, atua apenas com base no voluntariado dos/as seus/suas dirigentes e membros.

Na realidade, a sua atuação está limitada e condicionada pelos excessivos processos burocráticos impostos no acesso ao financiamento ou na gestão destes, acarretando implicações várias: as mais gravosas decorrem dos atrasos verificados ao nível da aprovação de candidaturas, e do fluxo dos reembolsos das despesas efetuadas, diminuindo os recursos das entidades que, por si, já são insuficientes para o cumprimento dos seus compromissos, a que acresce o tempo e energia gasta pelos/as dirigentes e trabalhadores/as que têm de responder a padrões burocráticos rígidos frequentemente desajustados às condições reais a que responde o financiamento e os respetivos montantes financiados.

Neste sentido, e ainda que predomine a ideia de benevolência, altruísmo e generosidade por parte das entidades da Economia Social, verifica-se que na maioria da atividade destas entidades, sobretudo aquela que é financiada ao abrigo dos quadros comunitários, é alvo de escrutínio por parte do Estado e das entidades financiadoras, e objeto de certificação de contas por parte de um TOC – Técnico Oficial de Contas e, em algumas situações, por um ROC – Revisor Oficial de Contas, sendo exigidas declarações de não



dívida à Fazenda Pública e Segurança Social atualizadas enquanto requisitos para a apresentação de candidaturas e recebimento de verbas, a obrigatoriedade de apresentação de registo criminal e de declarações de inexistência de conflitos de interesses relativamente a terceiros contratados, o que revela o cumprimento de princípios de boa governação destas organizações. Outra das dimensões de escrutínio que é aplicada a estas organizações, muitas delas com certificação de qualidade, é a obrigação de cumprimento das regras da Contratação Pública.

É fundamental que tenhamos presente que estamos perante um universo que abrange milhares de organizações que substituem e complementam o Estado, proporcionando qualidade de vida a milhões de pessoas de todas as idades e a promoção de uma maior coesão social.

### **A Economia Social tem presente e tem futuro**

De acordo com os dados da Conta Satélite da Economia Social, em 2013, a Economia Social representava 2,8% do Valor Acrescentado Bruto nacional, 5,2% das remunerações, 6% do emprego remunerado e 5,2% do emprego total. O total de recursos das entidades da ES foi estimado em quase 14 mil milhões de euros, provenientes principalmente da produção (60%), dos subsídios e transferências (26,7%) e dos rendimentos de propriedade (10,1%), em contrapartida com o total de utilizações estimado no valor de mais de 14 mil milhões de euros, verificando-se uma necessidade líquida de financiamento no montante de 412 milhões de euros, o que revela a necessidade de apoio deste setor, sobretudo, do setor não mercantil da Economia Social.

As entidades subscritoras vêm assim sensibilizar a comunicação social para uma melhor atenção ao papel fundamental que milhares de organizações, dirigentes, colaboradores/as, e voluntários/as, tem no contributo para um pilar cada vez mais estruturante da sociedade portuguesa, e talvez aquele que mais contribui para uma maior justiça social e sustentabilidade.

Os dados vindos a público de gestão da Instituição “Raríssimas”, a serem comprovados, são considerados por estes subscritores graves e suscetíveis de todas as investigações que permitam apurar responsabilidades, mas rejeitam liminarmente a generalização que alguns pretendem fazer. Trata-se de um caso isolado, que pode acontecer em qualquer setor com o qual o Estado se relacione. O que é preciso evitar é que, por força de palavras e/ou ideias mal medidas, se prejudiquem milhares de organizações, com sérios impactos na sua imagem, integridade e dedicação e até com consequências imprevisíveis na sua sustentabilidade.

Refira-se por último que a Raríssimas, os profissionais que nela trabalham e os utentes que beneficiam dos apoios por ela prestados nos merecem todo o respeito, consideração e solidariedade. As organizações com provas dadas prevalecem muito para além de pessoas que, por atitudes menos legais ou dignas, as possam colocar em causa.

### **As entidades representativas da Economia Social subscritoras,**

**ANIMAR** – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

**CEEPS** (CIRIEC Portugal) – Centro de Estudos em Economia Pública e Social

**CNIS** - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

**CONFAGRI** - Confederação Nacional Das Cooperativas Agrícolas E Do Crédito Agrícola De Portugal

**CONFECOOP** – Confederação Cooperativa Portuguesa CCRL

**CPCCRD** – Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto

**UMP** - União das Misericórdias Portuguesas

**UMP** - União das Mutualidades Portuguesas